

Os militares trabalhistas e a instauração da ditadura brasileira de 1964

1 Autor: Eduardo Brun, graduando de História, bolsista PIBIC CNPq - (UFRGS)

2 Orientadora: Profa. Dra. Carla Brandalise - (UFRGS)

Apresentação da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida dentro do projeto intitulado: “Estado e representação: agentes político-partidários no contexto histórico contemporâneo do Rio Grande do Sul”. Nele, o estudo foi dedicado aos grupos trabalhistas do estado, sendo o enfoque dividido em dois pontos: o institucional partidário e os defensores do trabalhismo, abrangendo nesse grupo tanto os grandes líderes políticos quanto os membros apoiadores locais.

As fontes analisadas consistem em processos de indenização abertos contra o estado do Rio Grande do Sul, baseados na lei 11.042 de 1997, que tinha por objetivo indenizar as pessoas que haviam sofrido sevícias e/ou maus-tratos, por parte de agentes do estado do RS, enquanto estiveram sob tutela deste, entre os anos de 1961 a 1979.

O acervo encontra-se no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, e é composto por 1.611 processos, sendo que destes, 897 foram selecionados para a pesquisa. Os processos escolhidos tinham alguma relação com o Partido Trabalhista Brasileiro e/ou o Grupo dos Onze.

Metodologia

O método de análise aplicado aos processos foi o da criação de uma tabela prosopográfica. Os dados levantados consistiram em: *nome, data de nascimento, data de óbito, naturalidade, cidade do processo, estado civil, profissão, membro do PTB declarado (sim ou não), cargo político, restrição política após a perseguição, participação em movimento político e/ou social, acusado de pertencer ao Grupo dos Onze, se sofreu sevícias ou maus tratos, período em que esteve preso, local em que esteve preso, provas e documentos utilizados, companheiros de prisão citados nas provas, ano da indenização, valor da indenização, e observações.* Além dos dados para a tabela também foi efetuada a digitalização de algumas partes dos processos a fim de serem analisadas posteriormente, tendo como padrão a captura dos relatos dos perseguidos políticos, quando havia no processo, e o relatório final, que se apresentava como um resumo do processo.

Esse método pode ser utilizado para se buscar, a partir do estudo dos sujeitos históricos, as explicações para os fenômenos políticos e sociais. Nesse sentido, Stone apresenta quais são os objetivos do trabalho prosopográfico: “Assim, aos olhos de seus expoentes, o propósito da prosopografia é dar sentido a ação política, ajudar a explicar a ação ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior.” (STONE, 2011, p. 116).

Introdução

Dentre os grupos trabalhistas, que se mostram nos processos, é possível fazer submissões e analisar problemáticas mais específicas. No caso, foi destacado os grupos trabalhistas ligados as forças militares. Essa escolha ocorreu devido a importância desses grupos para as transformações políticas do período.

As Forças Armadas brasileiras ao longo do século XX vieram alterando sua estrutura institucional passando por um processo de modernização. Este processo conflituoso teve como um de seus resultados o despertar da atuação política, em prol de interesses tanto das forças militares quanto de projetos de conduta política nacional. No período que Jorge Ferreira chama de *experiência democrática*, que vai do fim do Estado Novo em 1945 até o Golpe Civil-militar de 1964, o novo ator político - os militares – tornam-se muito ativos, inclusive com um candidato militar à presidência em todas as eleições. Porém, é importante salientar, que as forças armadas não eram um bloco homogêneo no que diz respeito a suas orientações políticas. O período citado foi marcado por uma forte clivagem, entre os nacionalistas, mais próximos do PTB, e os liberais, apoiados pela UDN, havendo outras vertentes menores. O conflito político foi intenso, e se mostrava claro na disputa do controle do Clube Militar. Quando em abril de 1964 os militares do grupo internacionalista depuseram o presidente João Goulart, com apoio de parte da sociedade civil, teve-se início um processo de perseguição aos que apoiavam o governo. Dentro das Forças Armadas essa ação foi forte e intensa.

Com o objetivo contribuir nas pesquisas sobre a história política do período, a escolha temporal se dá devido a transformação das condições políticas, não mais havendo o diálogo e a disputa política entre as diferentes correntes nas Forças Armadas, mas sim a perseguição e aplicação da força contra os seus próprios membros. Já a delimitação espacial, aos militares gaúchos, é devido a grande importância do trabalhismo no estado, e da forte proximidade que os policiais militares tinham com o ex-Governador Leonel Brizola, o que torna a região de forte tendência trabalhista, e mais disposta a perseguição e resistência, no período logo após o golpe.

4. Objetivos

1) Contribuir para entender papel das Forças Armadas na política brasileira:

1.1) Estudar a atuação dos militares trabalhistas no estado do Rio Grande do Sul;

2) A repressão logo após o golpe:

2.1) Desenvolver como se deu a perseguição aos trabalhistas militares;

3) Criar o perfil dos militares trabalhistas perseguidos;

Bibliografia

VASCOCELOS, Claudio B. de. A política repressiva contra militares no Brasil após o golpe de 1964. XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ. 2006.

STONE, Lawrence. *Prosopografia*. Tradução de Gustavo Biasca de Lacerda e de Renata Monseff Perissinoto. In: Revista Sociologia Política, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

ROY, Fernande e SAINT-PIERRE, Jocelyn. “A alta redação dos jornais do Quebec (1850-1920). In: HEINZ, Flavio M. (org.) *Para uma outra história das elites. Ensaios de prosopografia e política*. Rio de Janeiro, FVG, 2006.S